

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL**

CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA

**O IMPACTO DA PANDEMIA NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
FRUTICULTURA DO SUBMÉDIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

**AMANDA MIRELE DE SOUZA LIMA
RODRIGUES**

**PETROLINA, PE
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696 Rodrigues, Amanda Mirele de Souza Lima.

O impacto da pandemia na participação feminina na fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco / Amanda Mirele de Souza Lima Rodrigues. - Petrolina, 2022.
25 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Agronomia) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural, 2022.
Orientação: Profª. Drª. Rosemary Barbosa de Melo.

1. Ciências Agrárias. 2. Mulheres trabalhadoras. 3. Semiárido nordestino. 4. Covid-19. 5. Dupla jornada. I. Título.

CDD 630

AMANDA MIRELE DE SOUZA LIMA RODRIGUES

**O IMPACTO DA PANDEMIA NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
FRUTICULTURA DO SUBMÉDIO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao IF SERTÃO-PE *Campus*
Petrolina Zona Rural, exigido para a obtenção
de título de Engenheiro Agrônomo.

**PETROLINA, PE
2022**

AMANDA MIRELE DE SOUZA LIMA RODRIGUES

**IMPACTO DA PANDEMIA NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
FRUTICULTURA DO SUBMÉDIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo, pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural.

Aprovada em: 03 de junho de 2022

Banca Examinadora

Rosemary Barbosa de Melo:82129827420

Assinado de forma digital por
Rosemary Barbosa de
Melo:82129827420
Dados: 2022.06.03 20:59:19 -03'00'

Orientadora/ Presidente - Prof^ª. Dra. Rosemary Barbosa de Melo
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural

Elizangela Maria de Souza:66186706400

Assinado digitalmente por Elizangela Maria de Souza:66186706400
DN: CN=Elizangela Maria de Souza:66186706400, OU=IF SERTÃOPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, O=ICPEdu, C=BR

Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.06.04 10:51:18-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

2º Examinadora - Prof^ª. Dra. Elizangela Maria de Souza
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural

Jeane Souza da Silva:02811033483

Assinado digitalmente por Jeane Souza da Silva:02811033483
DN: CN=Jeane Souza da Silva:02811033483, OU=IF SERTÃOPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, O=ICPEdu, C=BR

Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.06.07 12:05:53-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

3º Examinadora - Prof^ª. Me. Jeane Souza da Silva
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural

RESUMO

Este trabalho foi realizado afim de compreender a participação feminina na fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco com o impacto da pandemia na participação feminina no setor, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que são os polos de produção e exportação de frutas.

Visto que com a pandemia, muitas mulheres precisaram abdicar da vida profissional e passar a cuidar dos filhos em casa, principalmente no período de *lock down*, esse estudo visou observar esse impacto neste setor específico. Este experimento foi realizado através de uma pesquisa qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de um questionário *online*, pela plataforma *Google forms*, e posteriormente foi realizada a descrição e análise dos dados. Como conclusão, foi possível perceber que a pandemia impactou sim este setor, causando queda no rendimento de trabalho e até evasão.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras, Semiárido nordestino, Covid-19, quarentena, dupla jornada

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pela força, determinação e coragem.

À minha orientadora que segurou minha mão em todos os momentos desde que nos conhecemos, me ajudando academicamente, pessoalmente e profissionalmente. Agradeço também pela sua amizade e por ser uma mulher tão desbravadora e fonte de inspiração.

Ao meu esposo que além de muito compreensivo é também meu braço direito e meu colaborador nesta pesquisa, que embora seja homem possui um olhar inclusivo sobre o trabalho feminino e me ajuda no meu processo de empoderamento feminino, bem como em todos os meus processos evolutivos, profissionais e pessoais, obrigada por esta parceria de vida.

À minha mãe (em memória) por ser um exemplo de força, garra, empoderamento e trabalho, sem ela eu jamais seria um por cento da mulher que sou, ela é o símbolo da resiliência, generosidade e determinação.

À minha irmã (em memória) por me ensinar desde muito cedo que para conseguir quebrar o ciclo “de vida maria” eu teria que estudar e estudar muito, para não apenas “fazer” mas fazer a diferença no mundo; Obrigada minha irmã por me mostrar que as mulheres são capazes de tudo.

Ao meu pai (em memória) por me ensinar que estudar é o caminho certo e que a educação é a minha maior arma.

À minhas amigas que são minhas irmãs de vida: Bianca, Renata e Winnglyde, vocês são mulheres muito diferentes, mas cada uma me ensina algo sempre, e conhecê-las fez toda a diferença na minha vida.

À todas as mulheres que responderam a este questionário e contribuíram para a minha pesquisa.

As mulheres que me ajudaram no processo de criação desta pesquisa seja com ideias, inspirações ou mesmo com sugestões de pessoas para responder ao questionário.

Aos meus professores da graduação, que me inspiraram a buscar trilhar o caminho da docência e a usar a educação como ferramenta de transformação social.

Aos meus colegas de faculdade por me ajudarem em diferentes momentos, seja com conselhos, com palavras, com orações, obrigada pelo apoio.

Em especial aos professores: Adriane Luciana, Rosemary Barbosa de Melo, Pablo Leal e Elizângela Maria, pela oportunidade que me deram de participar de seus projetos. Cada um foi muito especial e muito importante para minha trajetória pessoal e profissional.

Também a Deus, por ter conseguido desde o primeiro período da faculdade, ser bolsista em todos os anos, com aprovação em todos os editais que participei, essa experiência enriqueceu muito meu currículo e minha vivência acadêmica.

Ao comitê de ética pela aprovação do projeto de pesquisa.

Ao Instituto Federação de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Petrolina Zona Rural pela oportunidade de realizar esta pesquisa que é de grande importância social e de grande significado pessoal.

Pela oportunidade de morar na residência estudantil, sem a qual eu não teria como cursar a faculdade.

À todas as mulheres que passaram pela minha vida, pois de uma forma ou de outra vocês impactaram o meu pensamento sobre a participação feminina na sociedade, obrigada.

À todos os homens que não fizeram com que eu me sentisse diminuída no ambiente de trabalho/estudo, sua cordialidade faz a diferença, obrigada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página

Figura 1. percepção das mulheres sobre a queda no próprio rendimento de trabalho durante a pandemia do COVID-19	18
Figura 2. Grau de escolaridade das mulheres participantes da pesquisa.	18
Figura 3. Percentual das mulheres que já trabalhavam antes da pandemia e as que passaram a trabalhar na pandemia.	19
Figura 4. percepção das mulheres sobre a queda no próprio rendimento de trabalho durante a pandemia do COVID-19	19
Figura 5. Percepção da evasão feminina	20
Figura 6. Estado civil das mulheres atuantes na fruticultura no submédio do Vale do São Francisco.	21
Figura 7. Percentual de mulheres atuantes na fruticultura do submédio do vale do são Francisco que possuem filhos.	21
Figura 8. Percentual de mulheres sobre a percepção do aumento da jornada de trabalho	22

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3. OBJETIVOS.....	16
3.1 Objetivo Geral	
3.2 Objetivos Específicos	
4. MATERIAL E MÉTODOS	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
6.CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, antes da chegada dos europeus e mesmo posteriormente à vinda dos negros africanos, a divisão dos trabalhos na produção agrícola entre homens e mulheres era considerada igualitária. Além de a mulher exercer suas responsabilidades dentro da casa, ela também era responsável pela produção de alimentos. Muitos homens dessas sociedades cuidavam da caça e da pesca. A diferenciação dos sexos no trabalho no campo começou por influência europeia, com a instalação da corte real portuguesa no Brasil, em 1808 (MOREIRA, 2005).

Apesar da longa e incontestável presença da mulher no cenário econômico da humanidade, é a partir dos anos 70 através das análises de Boserup (1970) que o papel ativo da mulher é reconhecido. Demonstrou que os planejadores do desenvolvimento sempre atuaram sob pressupostos estereotipados sobre as mulheres: subestimação do seu papel produtivo e a equiparação do trabalho das mulheres às tarefas de reprodução associada a cuidados. Seus estudos revelam que até aquele momento os processos de desenvolvimento vinham contribuindo com a marginalização da mulher, uma vez que havia a divisão sexual do trabalho. Seus estudos provaram que no desenvolvimento da grande indústria nos países do terceiro mundo provocavam a diminuição da oferta de trabalho às mulheres, pela estrita substituição dos produtos artesanais produzidos pelas mulheres em favor dos produtos industrializados, e nesse caso produzidos por homens em sua grande maioria. Assim, Boserup (1970) conclui que ao reduzir a participação feminina nas atividades econômicas, o desenvolvimento teve um efeito prejudicial para a mulher das zonas rurais desses países subdesenvolvidos.

A fundamentação da tese de Boserup se sustenta de que as desigualdades sociais são resultado da exclusão da mulher do sistema produtivo, como consequência das imperfeições do processo de modernização, logo respondem por distorcer os padrões tradicionais e reciprocidade entre gênero (FERNÁNDEZ-KELLY, 1991).

O espaço destinado à agricultura familiar está sendo aos poucos ocupados por moldes tecnificados, poupadores de mão-de-obra e de práticas modernas de produção. Mesmo assim, esse setor se destaca pelas ocupações geradas na área rural, ao mesmo tempo em que está incidindo a contribuição do trabalho feminino na

implementação de novas alternativas rentáveis para as unidades produtivas (WANDERLEY, 2009).

Nos últimos 50 anos o agronegócio brasileiro vem experimentando um intenso processo de transformação que promoveu forte impacto econômico e social no setor. Esse fenômeno teve início a partir dos anos sessenta, período em que o Brasil incrementou mais efetivamente o processo de modernização no campo. Neste momento, foi possível se observar a elevação e o incremento da produtividade agrícola, um grande crescimento da população do campo, bem como a intensificação do processo de êxodo rural-urbano (OSAKABE, 2005).

Nos anos oitenta, o ritmo do processo de modernização foi menos intenso, provocado pelo contexto recessivo que o Brasil enfrentava com a inflação veloz, a estagnação da produção urbana, especulação financeira e dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado. O desdobramento deste panorama acarretou desemprego, contração salarial intensificando o aumento das desigualdades sociais e regionais.

Na década de 90 verificou-se a continuidade do processo de modernização agrícola através do emprego de tecnologias cada vez mais sofisticadas. Esse novo contexto tecnológico produziu alguns impactos distintos: por um lado, a redução da demanda por mão-de-obra agrícola e, de outro, a necessidade do trabalhador rural de incorporar na sua formação profissional novas habilidades para acompanharem a crescente e sofisticada tecnificação dos processos produtivos (BALSADI, 2000). Com a intensificação do processo de modernização passou haver a liberação de fluxos de trabalhadores executar outros tipos de atividades. Essas novas modalidades de trabalho que antes envolviam todos os membros da família passaram a ser executadas pelo chefe (figura masculina), fazendo com que os outros integrantes passassem a buscar novas alternativas, inclusive ocupações de caráter não- agrícola.

Destas atividades consideradas não agrícolas que mais se desenvolveram, chamam a atenção para o surgimento de novas agroindústrias, ampliação de serviços públicos e o surgimento de novas atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

Neste contexto de modificações na área rural, o papel da mulher na composição da renda familiar passou a ter importância fundamental na estratégia de sustentabilidade destas famílias. Assim, o recente processo de inserção feminina em atividades não agrícolas no meio rural vem contribuindo para ampliar o número de famílias que passam a depender do seu trabalho para manter ou elevar o nível de renda. O gênero é a base da divisão mais primária do trabalho na maioria das

sociedades, fazendo a distinção entre atividades de “produção” e “reprodução”. As primeiras se relacionam, em geral, com atividades que geram ingressos através do mercado enquanto as segundas se dedicam a provisão de cuidados para a manutenção e desenvolvimento das pessoas. Ainda que algumas políticas públicas, como as de saúde e educação, se referem a atividades reprodutivas realizadas pelo Estado, a maior parte de tais atividades depende das mulheres que, em geral, realizam tarefas domésticas de forma não remunerada, e por isto não mensuradas, enquanto os homens se especializam nas atividades “produtivas” pelas quais recebem uma remuneração salário. Sendo assim, sempre se torna mais difícil entender o papel que as mulheres desenvolvem na produção e que desafios e oportunidades representam as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no sentido de superar as desigualdades de gênero existentes e impulsionar o acesso das mulheres a tais apoios governamentais.

Uma das faces do trabalho rural é a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo e o nível de qualificação e especialização dos trabalhadores nos processos de produção de frutas irrigadas, por exemplo, necessitam ser atualizados, em decorrência das características da demanda (CAVALCANTI *et al.*, 2012).

O mercado da fruticultura brasileira é bastante significativo, o agrobusiness é o maior negócio do Brasil: vale 25% do total da produção nacional, gera 37% de todos os empregos e responde por 40% das exportações, sendo o único setor superavitário, responsável mesmo pela salvação da nossa balança comercial (SEGABINAZI, 2013).

A mulher no agronegócio tem ganhado prestígio e conquistado seu espaço. Essa afirmação se justifica por sua capacidade e desenvolvimento profissional, pois estas, têm cada vez mais buscado conhecimento profissional ensejando em uma melhor desenvoltura de suas funções o que as tornam tão capacitadas e competentes quanto os homens (CAMARGO, 2018).

A literatura sobre o tema mostra que, no início da implantação da produção através de sistemas irrigados, no Vale do São Francisco, houve um aumento considerável da oferta de empregos que absorveu principalmente a mão de obra feminina (CAVALCANTI; DE ANDRADE; RODRIGUES, 2012), em especial no cultivo da uva.

Porém é possível observar que, o papel da mulher nas atividades agrícolas, não se restringe a produção e comercialização de alimentos. Além do trabalho no

campo, observa-se também sua atuação nas mais distintas funções ao longo da cadeia produtiva do agronegócio. Como exemplo tem-se a atuação feminina como executivas em empresas agroindustriais, enquanto docentes em cursos voltados à área, à frente de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e ainda, nos distintos órgãos públicos voltados às questões do agribusiness. (CIELO *et al.*, 2014).

O processo de dominação patriarcal em curso na sociedade tem, historicamente, estruturado a reprodução de inúmeras iniquidades, sobretudo, situações de exploração e opressão sobre as mulheres. Essas injustiças, enfrentadas coletivamente, configuram-se como um problema comum às mulheres, à sua condição de gênero e, portanto, devem ser entendidas como um problema político e social. Tal sistema de dominação, que tem orientado ideologicamente a construção das relações de gênero e a definição dos papéis e lugar social de homens e mulheres, é legitimador de desigualdades que resultam em condições de vida e de trabalho bastante desiguais entre homens e mulheres, ocupando um lugar de subalternidade na sociedade (DE ALMEIDA, 2021).

Os empregos das mulheres em sua maioria é não é remunerado, isso torna mais difícil entender o papel que as mulheres desempenham na produção. Segundo Abramovay e Silva (2000) A mão- de-obra rural feminina desempenha afazeres domésticos na propriedade, desempenha cuidados com o quintal, que abrange o trato de pequenos animais, bem como, cultivo e manipulação de alimentos para o autoconsumo. Como são atividades que não se reconhece por geradoras de renda, não são consideradas como trabalho, em razão disso a mulher tem sua função imperceptível pelas estatísticas, por desempenhar as atividades rurais destinadas ao consumo da agricultura familiar, subentendem desse modo, como atividades agrícolas extensivas das tarefas domésticas.

Observa-se também que, prevalece a ausência de mão-de-obra de mulheres no meio rural em ocupações que contribuem para o processo de desenvolvimento rural, ações cabíveis de gerar alterações no cotidiano familiar, pois considera esta abstenção determinada pelos papéis de gênero. Em que, na unidade familiar, o espaço privado é destinado à mulher e o espaço público é reservado ao homem (STADUTO *et al.*, 2009).

Dentro das relações familiares, a influente participação feminina na agricultura familiar sugere modificações na divisão social do trabalho ao contar com a renda proveniente da ocupação feminina em atividades não-

agrícolas. Pois, a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho, amplia oportunidade de novas sociabilidades, comparada ao que vem ocorrendo com as mulheres urbanas, de tal ordem abre-se espaço para elas próprias problematizarem os papéis de gênero no âmbito familiar. Possibilitando as mulheres obter condições de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento rural (SOUZA *et al.*, 2009).

As mulheres participam ativamente das decisões estratégicas, em que envolve a família, tais como: devemos procurar emprego fora da agricultura; como devemos educar as nossas crianças; devemos expandir a propriedade rural ou vendê-la e assim por diante. As decisões parecem ser uma mistura de negócios e decisões pessoais. Muitas vezes essas decisões, do que e como fazer, são tão complexas que as famílias rurais buscam orientação para ajudá-los a tomar decisões mais aceitáveis socialmente.

Estudos realizados no Brasil, indicam que a condição feminina na agricultura está estreitamente relacionada à sua condição na família. As mulheres na agricultura são esposas e filhas, e, como tais, estão, na maior parte das vezes excluídas da sucessão na propriedade familiar, podendo ser poupadas do trabalho agrícola na divisão do trabalho, e sendo mais encaminhadas ao êxodo rural. É como esposas de agricultor que obtêm o estatuto de agricultoras (CARDON, 2004; LAGRAVE 1987; CANIOU, 1987).

Sendo assim, as desigualdades de gênero, no Ocidente, foram decorrência não, apenas, das relações sociais, isoladamente, mas, ainda, da interação que essas relações promovem entre natureza e cultura e, conseqüentemente, entre os espaços público e privado. Logo, uma série de conceitos e definições, vinculados às mulheres e aos homens durante toda a História, foram sendo produzidos, reproduzidos, reelaborados ou mesmo abandonados, servindo para legitimar, negar, criar ou alimentar as práticas sociais. Dessa maneira, organizou-se o feminino, referido na fêmea, a quem caberia a condição de um ser aprisionado à natureza, inferior em espírito, mais fraco fisicamente, submisso e dependente da inteligência e da força do outro para sobreviver, cujo campo de atividade principal, segundo as luzes da Modernidade, estaria restrito ao espaço doméstico; e o masculino, a quem caberia a condição de um ser cultural, portanto, transcendente aos limites naturais, superior, mais forte, que deveria ser o protetor e o provedor, atuando exclusivamente no espaço público e regulando o espaço privado (BUARQUE e VAINSENER, 1998).

Corona Virus Disease (COVID-19) surgiu na China em 2019 e se espalhou por outros países, tendo a Organização Mundial de Saúde declarado, em março de 2020, a doença como pandemia e maior emergência internacional de saúde pública que se enfrenta em décadas. Diante disso, houve significativos impactos na economia, na saúde pública e na saúde mental da sociedade, principalmente em virtude do distanciamento social como medida de controle de transmissão da doença, quando as pessoas foram convidadas a não sair de casa (MACÊDO, 2020).

Diante da nova realidade, uma das formas para adaptação do mercado de trabalho, de modo a proporcionar que as atividades pudessem continuar, foi à adoção do home office, um regime de trabalho através do qual os empregados trabalham em casa, realizando a jornada de trabalho em um local diverso da sede ou polo da empresa, evitando assim, que tenha aglomeração de funcionários trabalhando juntos. Porém há também fatores negativos no trabalho em home office, pois segundo Figueiredo (2021) embora colabore para evitar a contaminação pela Covid-19, contribui para que surjam problemas para os trabalhadores, como, sobrecarga de tarefas bem como danos físicos e mentais à saúde destes.

Segundo Dalcin et al. (2021) a pandemia de Covid-19 e as medidas de restrição de circulação implementadas para reduzir o contágio alteraram significativamente a vida da população na maior parte do mundo. Embora possam ter efetividade no combate à pandemia, essas medidas trazem impactos relevantes no contexto laboral, principalmente para as mulheres.

Macêdo (2020) enfatiza que a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Esse trabalho é marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família.

Tendo em vista a importância desta discussão e da relevância do tema, este trabalho de caráter exploratório, visou identificar a participação das mulheres no agronegócio frutícola do Vale do São Francisco, considerando que elas contribuem para o desenvolvimento do meio rural e econômico, e identificar o impacto da pandemia do COVID-19 nesta participação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Olic (2005) as mulheres atuam em todos os segmentos da economia brasileira inclusive no agronegócio brasileiro. As regiões Nordeste e Norte destacam-se por possuírem polos fruticultores tropicais que vêm apresentando resultados expressivos nos últimos anos, como os localizados no semiárido nordestino, especialmente os de Juazeiro na Bahia juntamente com Petrolina em Pernambuco, no Vale do São Francisco, e o de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde as principais frutas produzidas são manga, melão, uva, banana e abacaxi.

Sabe-se que a sobrecarga feminina, principalmente em relação aos trabalhos domésticos, não foi uma novidade que surgiu com o atual contexto da Covid-19, mas foi intensificada por ele próximas (DALCIN *et al.*, 2021).

Como podemos notar, as políticas públicas de enfrentamento à pandemia estão centradas num eixo supostamente geral e universal que, no fundo, excluem os grupos mais vulnerabilizados. Assim, os maiores riscos decorrentes a ausência de políticas públicas para proteção dos mais vulneráveis são a perda de renda, o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza, da fome e das desigualdades, abarcando diversos grupos sociais, territórios e regiões. Assim, as profundas desigualdades sociais e espaciais e a ausência ou fragmentação dos serviços sociais tem atuado de maneira determinantes sob as condições de saúde e de morte da população brasileira, aspectos que o governo atual tem ignorado ou mesmo tolerado (SILVA, 2020).

Segundo COSTA (2021) a desigualdade de adaptação ao isolamento ocorre especialmente na estratificação por gênero. As disparidades entre homens e mulheres no que tange ao mercado de trabalho têm sido retratadas nos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Mulheres possuem menor inserção no mercado de trabalho e remunerações inferiores às dos homens. Em 2018, por exemplo, a ocupação entre homens chegou a 64,3% enquanto entre mulheres foi de 45,6% (IBGE, 2019). Em relação à remuneração, em 2018 os homens ganharam, em média, 27,1% mais que as mulheres em paridade de cargos (IBGE, 2019). Entre as razões que explicam essa realidade atestada pelo IBGE está a discriminação no mercado e a dupla jornada de trabalho feminina. Mulheres ainda assumem de forma predominante os afazeres domésticos e atividades de cuidado com pessoas próximas (DALCIN *et al.*, 2021).

Segundo uma pesquisa realizada por Lemos, Barbosa e Monzato (2021) o contexto da quarentena trouxe mais sobrecarga para as entrevistadas, posto que, além de se dedicarem ao trabalho remoto, tiveram que cuidar da casa e dos filhos, simultaneamente. A dispensa das empregadas e faxineiras obrigou-as a realizar tarefas que nem sempre faziam e o fechamento das escolas e creches demandou mais atenção aos filhos, que ficaram integralmente, em casa.

Assim, a pandemia vai evidenciar ainda mais o processo de superexploração e subalternização das trabalhadoras domésticas na divisão racial e sexual do trabalho, em que sua maioria é composta por mulheres negras e pobres inseridas no mercado informal, segmentos esses pertencentes aos grupos sociais marginalizados que ocupam condições de trabalho subalternizados (COSTA, 2022).

A divisão social dos cuidados romantiza as tarefas socialmente destinadas às mulheres como naturais, sob o estereótipo da mulher como a cuidadora, precursora da vida, esteio do mundo, protagonista do carinho, da caridade e do cuidado (DE OLIVEIRA BITARÃES e TEODORO, 2022).

Em uma pesquisa realizada por Valeriano e Tosta (2022) os resultados indicam que a pandemia, precedida e intensificada por um duro contexto de recessão econômica e de ampliação de políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas, acentuou desigualdades historicamente estruturantes da ocupação. Esses elementos incidem sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas, reorganizando os arranjos domésticos e suas vivências temporais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

As mulheres que atuam profissionalmente no agronegócio frutícola, enfrentam muitas dificuldades e representam um número significativamente cargos de liderança. No período de pandemia Covid-19 as mulheres profissionais tiveram seu profissionalismo afetado devido à necessidade de conciliar as demandas domésticas com as profissionais. Esta pesquisa visou compreender como algumas mulheres que trabalham com o setor do agronegócio, mais especificamente na fruticultura, no

Submédio do Vale do São Francisco, percebem a participação feminina no Agronegócio, e o impacto da pandemia na participação feminina no setor, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que são os pólos de produção e exportação de frutas.

3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar o perfil das mulheres que trabalham na fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco, a partir de elementos como idade, estado civil, número de filhos, formação, área de atuação no agronegócio e tempo de atuação.
- b) Apresentar os desafios enfrentados pelas mulheres que atuam nas empresas frutícolas do Submédio do Vale do São Francisco.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, através de aplicação de questionário online, pela plataforma google formulários, para levantamento dos dados como: idade, estado civil, número de filhos, formação, área de atuação e tempo de atuação. Em seguida, foi realizada a descrição e análise dos dados obtidos. Essa análise permite compreender como algumas mulheres que trabalham com o setor do agronegócio, mais especificamente na fruticultura, no Submédio do Vale do São Francisco, percebem a participação feminina no Agronegócio, e o impacto da pandemia na participação feminina no setor, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que são os polos de produção e exportação de frutas.

O procedimento de coleta de dados foi realizado através de um questionário criado especificamente para atender aos objetivos da pesquisa, com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi aplicado com funcionárias de empresas relacionadas à fruticultura em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que serão mantidas em sigilo.

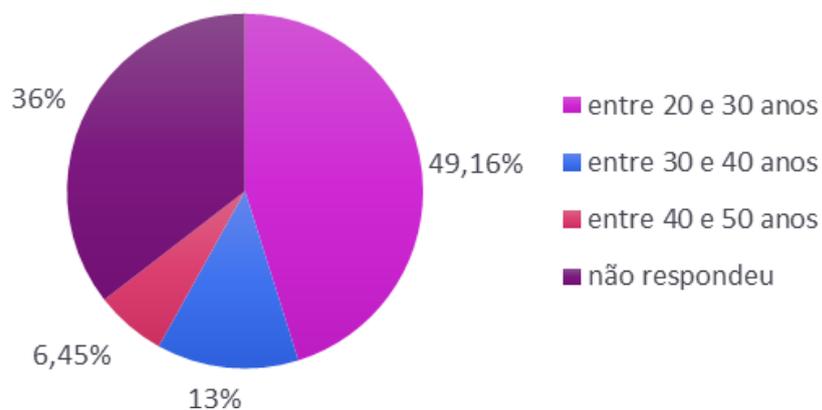
Após a aplicação de todos os questionários, foi desenvolvida a análise dos resultados obtidos, através de gráficos foram feitos através do Excell, bem como a tabulação dos dados. Como resultado, buscou-se identificar se houve impacto da

pandemia sob a participação feminina na fruticultura, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro- BA.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

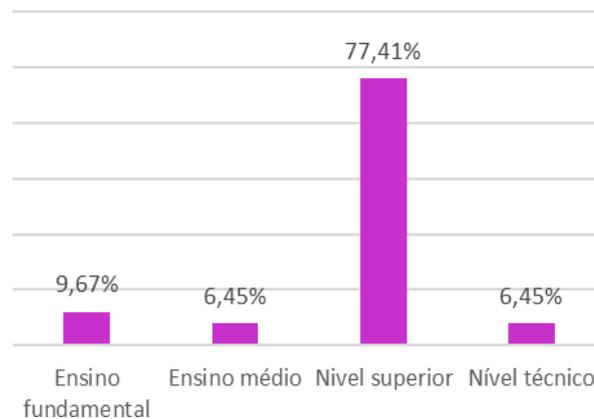
Como resultado observou-se que dentre as participantes da pesquisa trabalham em diversas áreas da fruticultura, desde agente comercial, setor de vendas, logística, auxiliar de controle de qualidade, no monitoramento de pragas e doenças da videira, expedição de selos de qualidade, no setor de fertirrigação, trabalho embalando frutas, trabalhadora rural, e afins. A faixa etária das mulheres que participaram foi entre 20 e 50 anos.

Figura 1. Faixa etária das mulheres atuantes na fruticultura no submédio do Vale do São Francisco



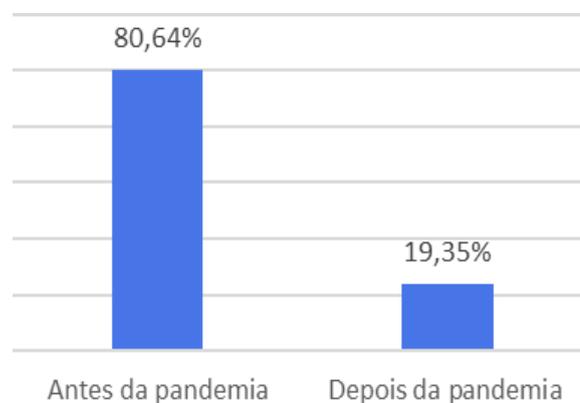
Foi possível observar quanto ao grau de escolaridade das participantes que apenas 9,67% possui nível superior, o que é um número aceitável, quando levado em consideração que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população que em 2019 possuía 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres possui formação superior.

Figura 2. Grau de escolaridade das mulheres participantes da pesquisa



Quando questionadas sobre o tempo de atuação na área pôde-se perceber que 80,64% atua na área a muitos anos, desde dois anos à mais de 30 anos de experiência, e 19,35% começou a atuar na área depois do início da pandemia, algumas estão atuando a mais de um ano e outras à poucos meses. O que configura uma afirmação interessante: a pandemia trouxe impactos não apenas negativos com relação à participação feminina na fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco, embora os motivos que as levou a essa inserção ao mercado sejam de necessidade financeira.

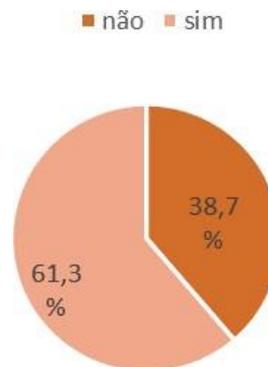
Figura 3. Percentual das mulheres que já trabalhavam antes da pandemia e as que passaram a trabalhar na pandemia



Quando questionadas sobre a percepção da queda no próprio rendimento 38,70% respondeu que não percebeu e 61,29% respondeu que percebeu. O que corrobora com a pesquisa realizada por DALCIN *et al.*, (2021) que afirma que a

sobrecarga experimentada durante o isolamento foi apenas a intensificação de encargos historicamente assumidos pelas mulheres, especialmente no âmbito doméstico. Essa intensificação ocorreu preponderantemente pela dispensa, remunerada ou não, das trabalhadoras domésticas e o fechamento de escolas e creches.

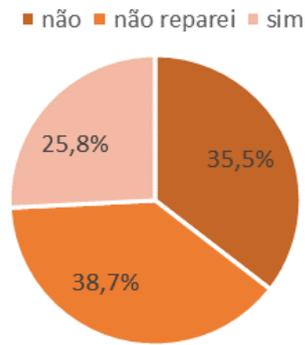
Figura 4. percepção das mulheres sobre a queda no próprio rendimento de trabalho durante a pandemia do COVID-19



Fonte: Figura do autor

Quando questionadas sobre a percepção da evasão feminina devido à essa dupla jornada, 25,80% notou que houve evasão feminina, 35,48% não percebeu evasão feminina e 38,70% não reparou. Segundo Barros (2021) a desocupação entre os homens atingiu a marca de 11,9% e de 16,4% entre as mulheres no final de 2020, o que vai de encontro aos dados encontrados nesta pesquisa, mostrando que não apenas houve aumento de mulheres sem emprego, como que o número de mulheres sem emprego em 2020 foi superior ao de homens. Além disso, de acordo com o IBGE, a COVID-19 vitimou no Brasil mais homens negros e pobres, escancarando as diferenças sociais e econômicas no país. Mas, as mulheres parecem mais alcançadas pelos desdobramentos da pandemia em vários pontos – estão nos trabalhos de cuidado, na linha de frente de enfrentamento a doença, ocupam os principais postos de trabalho que foram diretamente impactados (hotelaria, escolas, creches, bares, restaurantes, prestação de serviços e comércio), foram isoladas em casa, um espaço que, historicamente, o movimento feminista se esforçou para libertá-las, ou seja, o cotidiano das mulheres foi muito impactado pela pandemia (COSTA, 2021).

Figura 5. Percepção da evasão feminina



Fonte: Figura do autor

Dentre as mulheres participantes 61,29% é solteira, 3,22% está em união estável, 25,80% é casada e 9,67% é divorciada. Do total de mulheres, 29,03% possui filhos e 70,96% não possui.

Figura 6. Estado civil das mulheres atuantes na fruticultura no submédio do Vale do São Francisco

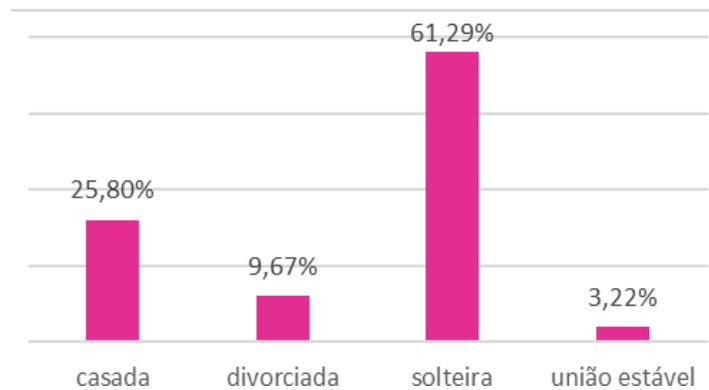
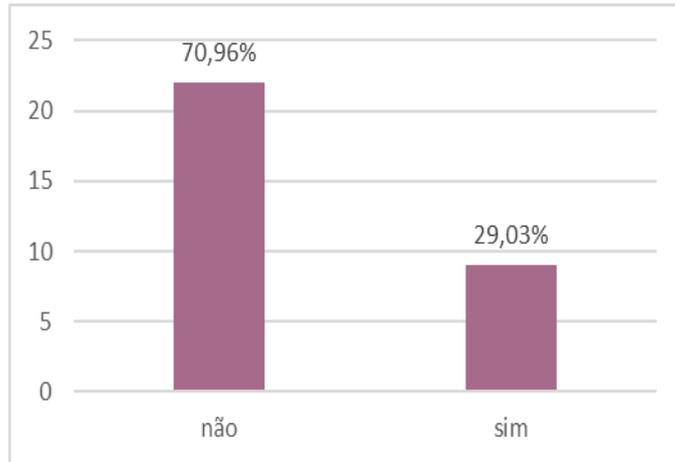
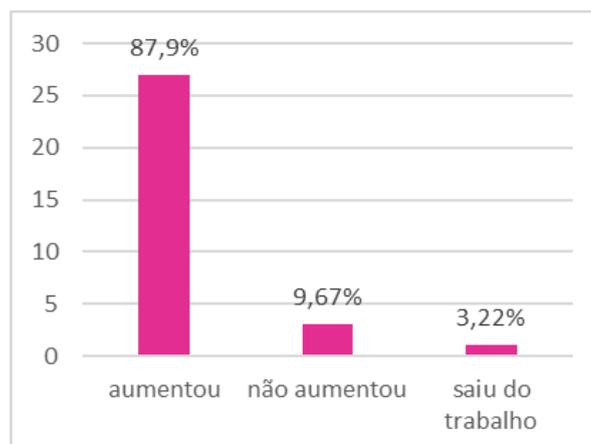


Figura 7. Percentual de mulheres atuantes na fruticultura do submédio do vale do são Francisco que possuem filhos



Quando questionadas sobre o aumento na jornada de trabalho, devido à dupla jornada trabalho/lar, 87,09% respondeu que a jornada aumentou, 9,67% respondeu que não aumentou e 3,22% respondeu que teve que parar de trabalhar devido à sobrecarga. O que corrobora com os dados de Collins et al. (2021) que apontam que o aumento na demanda de tempo com os filhos e dos trabalhos domésticos na pandemia fez com que mulheres, especialmente as que têm filhos, tenham reduzido sua carga de trabalho formal 4 a 5 vezes mais do que os homens, o que gerou desafios adicionais para elas em termos de empregabilidade e trouxe consequências na sua saúde mental.

Figura 8. Percentual de mulheres sobre a percepção do aumento da jornada de trabalho



6 CONCLUSÃO

Foi possível concluir que a pandemia do COVID-19 influenciou na participação feminina na fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco. Tanto nas mulheres que ocupavam cargos de maior destaque quanto para as que ocupavam cargos de menor destaque.

Quanto aos impactos, foi possível observar que a maioria das participantes percebeu queda no próprio rendimento de trabalho devido a dupla jornada que a pandemia lhes proporcionou. Houve também a constatação que em 87,09% dos casos houve aumento na jornada de trabalho, e pelo menos 3,22% teve que parar de trabalhar em algum momento da pandemia devido ao aumento da jornada de trabalho. Além disso, 25,80% das participantes informou que percebeu evasão feminina.

Por outro lado, embora grande maioria das participantes da pesquisa (80,64%) já atuassem na área a bastante tempo, foi possível também perceber que 19,35% começou a trabalhar durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

BALSADI, Otávio Valentim. Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90. 2000. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP.

BARROS, Alerrandre. Com pandemia, 20 Estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Agência IBGE Notícias, 2021.

BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira. 116-Gênero e globalização no Vale do São Francisco. Textos para Discussão-TPD, 2001.

BOSERUP, E. Women's Role in Economic Development. London, George Allen e Unwin, 1970.

BUARQUE, Cristina Maria; VAINSENER, Semira Adler. Gênero e ONGs: a identidade da pequena agricultora. São Luís: Anais do VII Encontro da Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, 2001.

CAMARGO, Thatianne Pinto. Os desafios encontrados na inserção da mulher no agronegócio. 2018.

CARDON, P. Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; DE ANDRADE, Berlano Bênis França; RODRIGUES, Victor. Mulheres e trabalho na agricultura de, 2012.

CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A.C.B. Globalização, Estratégias Produtivas e o Trabalho de Homens e Mulheres na Fruticultura de Exportação : O caso do Vale do São Francisco, 2012.

Censo Agropecuário. Brasília: IBGE, 2006. CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o Mercado Global.

CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel–Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2014.

COELHO, I. F. Agrupamento de Empresas como Fator de competitividade e vetor para o desenvolvimento local: Uma análise comparativa entre a fruticultura no Pólo Petrolina/Juazeiro, no Brasil e a Sexta Região, no Chile. Rio de Janeiro. 327p. 2008.

COSTA, Carmem Lúcia. Feminismos, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 32, 2021.

COSTA, Aline Cristina. O NÓ DESSA FERIDA COLONIAL: o trabalho doméstico em tempos de pandemia. Revista de Políticas Públicas, v. 25, 2022 .

COLLINS, Caitlyn et al. COVID-19 and the gender gap in work hours. Gender, Work e Organization, v. 28, 2021.

DALCIN, Laura Reichert; NETO, João Leite Ferreira; DOS SANTOS GUZELLA, Marcelo. MULHERES E O TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA. PSICOLOGIA, TRABALHO E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, 2021.

DE ALMEIDA, Áquila Silva et al. O protagonismo de mulheres na cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (Coopercuc). Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo Volume 2, 2021.

DE MELO BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira Adler. Gênero e globalização no vale do São Francisco. Ciência e Trópico, v. 30, 2002.

- FERNÁNDEZ - KELLY, M. P. Desarrollo económico y participación de las mujeres: viejos problemas, nuevos debates. In: PORTES, A. (Comp.). Teorias del desarrollo nacional. San José, USA: Educa., 1991.
- FIGUEIREDO, lasmin da Costa et al. Gênero e trabalho: uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 na vida profissional de homens e mulheres. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006.
- LAGRAVE, R.M; CANIOU, Juliette. Un statut mis à l'index. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987.
- LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. Revista de Administração de Empresas, v. 60, 2021.
- MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos. Revista do NUFEN, v. 12, n. 2, 2020.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Rais – Relação Anual de Informações Sociais. 2009. Cd-ROM.
- OLIC, N. B. Brasil: exportações frutificando. Revista Pangea – Quinzenário de Política, Economia e Cultura, 2005.
- OSAKABE, E. . *Caracterização do Trabalho Feminino no Rural Brasileiro*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do 43º Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2005.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2008.
- Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050: revisão 2008.
- RODRIGUES, V. O.; CAVALCANTI, J. S. B. Globalização da Agricultura e Mudanças no Mundo do Trabalho: Os Trabalhadores Rurais no Vale do São Francisco. Em SOUZA, Marcelino de. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. Revista Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 2, out. 2004.

ROSA, J. C. da. Mulheres Crescem na Gestão do Agronegócio. 2012.

SEGABINAZI, G. G. T. A inserção da mulher no Agronegócio. 2013. 39 f. Projeto de pesquisa (Especialização em Agronegócios) – Faculdade Antônio Meneghetti, Recanto Maestro, 2013.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. Revista brasileira de epidemiologia, v. 23, 2020.

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.; STADUTO, J.A.R. Análise das formas de ocupação e rendimentos de homens e mulheres nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul no período 2001-2007. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2009. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.

STADUTO, J.A.R.; TONDO, I.S.P.; NASCIMENTO, C.A.; WADI, Y.M. Ocupações das mulheres rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva de gênero. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2009.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 21, 2022.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Paulo Petersen (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, Cap.2, 2009.